

A Palestina, o capital e os revolucionários

Sergio Lessa

Coletivo Veredas

2025

A Palestina, o capital e os revolucionários

Sergio Lessa

Coletivo Veredas

2025

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>. Esta licença permite cópia (total ou parcial), distribuição, e ainda, que outros recriem, adaptem, e criem a partir deste trabalho, desde que atribuam o devido crédito ao autor(a) pela criação original.

Sumário

Sumário	5
Apresentação	i
I. O horror dos nossos dias	1
II. O genocídio palestino e o capital	5
A criação da Israel	7
O genocídio em marcha	19
O peso da “tradição”	20
Lições para o presente	27
III. Os revolucionários e o genocídio palestino.....	33
O “moedor satânico de carne humana”	33
Imperialismo e Israel	38
O Império Árabe	40
O isolamento palestino.....	45
As últimas três décadas.....	46
Novo Estado, agora palestino?	54
Qual deve ser a nossa posição.....	64

Apresentação

Os artigos aqui reunidos foram redigidos no segundo semestre de 2024, exceto o primeiro, de maio de 2024. Abordam duas questões. A primeira é o caráter de classe do conflito que assumiu a forma de um genocídio explícito e de crimes de guerra sobre crimes de guerra por parte de Israel. Quais as classes sociais em confronto? Qual o papel das disputas inter- imperialistas pelo controle da região?

A segunda é a posição que devem ter os revolucionários e comunistas frente ao horror e barbaridades que lá se tornaram cotidianos: devem apoiar a criação de um Estado palestino? Uma federação árabe-israelense seria a proposta mais adequada? Ou seriam tais propostas equivocadas? Caso sejam equívocos, qual a proposta alternativa?

Em 1962, Barbara Tuchman publicou o que se tornaria um clássico sobre o início da I Grande Guerra (1914-18), *Os canhões de agosto*. Nos alerta para o perigo da situação internacional em que estamos adentrando, sua descrição de um certo “automatismo” na cadeia de eventos que finalmente conduziu ao conflito – quando todas as grandes potências preferiam não o iniciar naquele momento e naquelas circunstâncias. O genocídio dos palestinos por Israel, os ataques recíprocos de Israel e Irã, a ampliação e intensificação das

ações bélicas de Israel no Oriente Médio, a crise na Síria e o envolvimento crescente da Turquia apenas aumentam a probabilidade de um conflito generalizado. O quadro mundial torna-se ainda mais ameaçador se a isto acrescermos as tensões entre os EUA e a China (Taiwan, Austrália, controle das rotas marítimas entre o Índico e o Pacífico, controle de tecnologias, etc.) e o conflito armado aberto entre os EUA, a União Europeia e a Rússia na Ucrânia.

Isto, infelizmente, ainda não é tudo. Temos em nosso horizonte a instabilidade do sistema mundial do capital, as ameaças de novas pandemias, a destruição do planeta e a crise climática; as tensões sociais crescentes em todos os países do globo e a decadência generalizada da concepção de mundo burguesa (o liberalismo clássico sendo dissolvido pelo pós-modernismo, as seitas e fundamentalismos ganhando terreno, a extrema-direita mostrando suas garras e os Estados intensificando o controle sobre seus cidadãos...) e, por fim, mas não por último, a epidemia de depressões e suicídios que assinalam a impossibilidade de os indivíduos continuarem a viver sob tantas desumanidades – tudo isto articula um cenário que indica crises e mais crises no futuro não distante.

Nesse momento, em especial frente ao genocídio palestino, qual deve ser a postura dos revolucionários e comunistas? Qual o conteúdo de classe e qual a função histórica dos conflitos que marcam o Oriente Médio e sua história há séculos? Como esta herança

marca o presente? Tais são as questões que procuram discutir os três textos aqui reunidos.

I. O horror dos nossos dias¹

Um banheiro para cada 850 pessoas. Um chuveiro para cada 3.500 seres humanos. Água e comida são artigos de luxo, como um sapato Prada em Nova Iorque ou um carro Porsche em Berlim. Cerca de 8.500 crianças e jovens se tornaram órfãos nas primeiras semanas. 14.000 já morreram.

Contam-se em dezenas de milhares os mortos, em maior número são os feridos com sequelas para o resto de suas vidas. Noite bem dormida ou dia de descanso se tornaram lembranças distantes, como se fossem passadas décadas desde o último bom sono ou última gargalhada divertida. A emoção trazida por uma canção, um poema ou um pôr do sol se tornou tão afastada do cotidiano que mais parece um anseio irrealizável: uma utopia, um desejo que não tem lugar no mundo – ou algo do qual nem mais se recorda.

Como não se embrutecer após mirar tantas e tantas feições de dor, pavor, fome e sofrimento em tantas e tantas crianças? Ao ter de continuar vivendo sob o choro de fome, medo e susto de tantos e tantos bebês, do pranto de tantas e tantas mães que perderam os seus filhos e filhas? De tantos e tantos pais que não mais abraçarão seus pequenos e suas pequenas, que não mais sentirão o calor de

¹ *Newsletter* do Coletivo Veredas publicada em 26 de maio de 2024.

seus abraços e a doce umidade de seus lábios em suas faces? Como a nossa humanidade pessoal, a minha e a sua, pode sobreviver ante tantos amores enterrados sob escombros e tantas saudades plantadas para sempre nas almas dos que, apesar de tudo, sobreviverem? Foto no *The Guardian*: a mãe cobre com seu corpo a filha, o soldado prepara sua arma... o que pode esta criança? Esta mãe? Reza para que as balas matem a ambas? Consola-se como se poderia consolar: ao menos morreriam abraçadas?

Que direito tem um ser humano de matar o amor de um pai pela filha, de uma companheira ao seu companheiro – de um humano a outro? Que poder é este que converte o humano em um especialista em trucidar carne humana? Tal como se fosse carne de uma besta-fera, como se esta carne não fosse portadora da grandeza de um quadro de Rembrandt, da beleza de uma sinfonia de Beethoven, da imensa capacidade de ser feliz, rir sem limites e amar até que as almas se fundem em um infinito cosmos de prazer, alegria, completude, felicidade e harmonia? Que humanidade é esta que pode assistir a horrores desta monta – ou de qualquer outra – sem se indignar, sem ter o sangue explodindo pela urgência de acabar com esta perversidade?

Como podemos nós, eu e você que lê estas linhas, dormir, comer, amar, sonhar... sabendo o que sabemos, assistindo ao que assistimos... somos nós cúmplices, acomodados e conformados, dos algozes e dos monstros que tanto horror perpetram e tantos amores destroem?!

Não duvide: somos o que somos, fazemos o que fazemos, porque deixamos de ser guardiões da humanidade, do que de mais sublime e generoso até agora – tanto quanto sabemos – surgiu no universo, para nos convertermos em guardiões do dinheiro, do lucro – do capital. Esta sanha é o feitiço do capitalismo, criado por nós e que nos torna vampiros de humanos: mortos-vivos que vagamos pelo planeta a sugar onde, como e quando possível, todo e qualquer lucro. Há 1.400.000 pessoas em Rafah. Destas, 600.000 são crianças! Matamos, reduzimos a existência das pessoas a resquícios de humanos, convertemos nossos semelhantes em locomotivas, força de trabalho para gerar lucros que nem sequer mais podem ser empregados para a felicidade de ninguém, de tão monstruosamente imensos.

Destruímos tudo o que vemos: o céu se torna opaco, o mar não mais acolhe a vida, a terra não mais alimenta a planta e o planeta vai se tornando inóspito a todos nós. Matamos a nós próprios, pelas próprias mãos, jogando bombas ou comprando o leite dos nossos filhos na padaria da esquina. Embrutecemos-nos para podermos continuar a viver nossas vidas como se, neste instante em que estás a ler estas linhas, crianças não chorem o pai assassinado, mães não padeçam o horror dos horrores: abraçar o cadáver de seu pequeno ou sua pequena.

Vivemos como se o mundo não pudesse ser humanamente humano com tanta abundância sendo produzida e com tanta história que já foi acumulada em nosso presente.

Quem poderia imaginar que o presente seria tão absurdo?!

Basta de matar humanos, basta da “morte” que se “morre de velhice antes dos trinta”, “de emboscada antes dos vinte” e “de fome um pouco por dia”. Há comida para todos, moradia sobrando e montes de felicidade nos esperando! Nada menos do que uma revolução, é o que carecemos!

Malditos! Que tremam os poderosos: ainda há humanos no planeta!

II. O genocídio palestino e o capital

Após mais de um ano da ofensiva de Israel sobre Gaza, após o início de operações em larga escala no Líbano e o crescente atrito bélico com o Irã – somados, ainda que não diretamente, às instabilidades na Síria, à guerra da Ucrânia, às tensões no Índico e Pacífico entre a Austrália (na verdade, USA) e a China – nos aproximamos ao final de 2024 com as tensões internacionais se elevando a níveis que, se não estiver enganado, não ocorriam desde a crise dos mísseis em Cuba, no início dos anos de 1960. A instabilidade do sistema financeiro – e, por extensão, do sistema do capital mundial – que tende a se intensificar conforme o tempo passa --, a ameaça de novas epidemias (devido às aglomerações de miseráveis em péssimas condições sanitárias nas metrópoles de todo o globo, não mais apenas no “Terceiro Mundo”) e a crise climática – estes fatores todos colocam a reprodução do capital em limites que tendem a se estreitar: receita comprovada para que as crises se convertam em conflitos bélicos.

Além desses fatores “macros”, há que se adicionar outros, mais específicos e que interferem no genocídio dos palestinos. Sob forte pressão da oposição e corroído por acusações de corrupções, o governo Netanyahu em Israel encontrou na guerra uma tábua de salvação. Também, avaliações distintas indicam que o Irã estaria a dois anos de conseguir sua primeira bomba atômica. Isto fortalece,

nos EUA e Israel, aqueles que advogam um conflito imediato com o Irã, antes que adquira capacidade nuclear.

O que assistimos em Gaza e no sul do Líbano é uma política de extermínio comparável à que os nazistas realizaram contra os judeus, comunistas, homossexuais, ciganos e soviéticos na II Grande Guerra. A afirmação do direito germânico de conquistar um “espaço vital” (*Lebensraum*) na Europa Oriental e na antiga URSS é a única comparação possível com o planejado extermínio dos palestinos que, nesses dias em que escrevemos (novembro, 2024), alcança em Gaza seu momento final (tão final quanto pode ser o extermínio de toda uma população por meios militares, sempre condicionado por fatores econômicos e políticos). As maciças manifestações públicas por todo o globo contra Israel e em apoio aos palestinos rarearam no momento em que seriam mais necessárias, quando o horror se torna ainda mais horrendo. Não por acaso. A proposta de criação de um Estado Palestino que, segundo muitos, poderia articular uma ampla frente que isolaria Israel e limitaria o massacre, não passa – e não vai além – de *wishfull thinking*, uma ideia carregada de desejos, todos eles irrealizáveis. Se vier um Estado Palestino, será apenas mais um instrumento nas mãos de Israel e dos imperialistas ocidentais contra os palestinos e seus aliados (tal como tem sido a “Autoridade Palestina”, há tantos anos).

Bem pesadas as coisas, o que ocorre em Gaza não é um episódio isolado, local. Ele se articula, com as mediações peculiares a cada

caso, com a decadência universal da civilização burguesa, do modo de produção capitalista, dos imperialismos todos: não é um exagero afirmar que integra o processo em curso de destruição da humanidade pela própria humanidade.

A criação da Israel

Raríssimos são os eventos históricos que transcorrem com alguma linearidade. São, em sua enorme maioria, permeados por fatores e contrafatores que não cancelam o momento predominante que neles atua, mas obrigam o momento predominante a reagir aos fatores que lhe opõem ou estimulam, lançando o processo em um ir e vir que dificulta a apreensão seu núcleo mais decisivo, de sua essência. Este também é o caso do genocídio dos palestinos por Israel, em nossos dias.

O fato de ser a ligação terrestre entre a África, a Ásia e a Europa, o fato ainda de contar geograficamente com desertos cortados por grandes rios que alagam planícies (a Crescente Fértil, o Nilo, o Vale de Bekaa, o Jordão, etc.) teve papel importante no desenvolvimento do Oriente Próximo. Diferente da Europa, que evoluiu do escravismo romano ao feudalismo e, então, para os Estados Nacionais e para o capitalismo; diferente ainda da Ásia, que conheceu o modo de produção asiático (aldeias que se reproduzem às suas imagens e semelhanças, “separação” da esfera política da base econômica, a agricultura intensiva de cereais, apropriação do trabalho excedente por meio de impostos, etc.), que está na origem dos impérios da Índia, da China, e dos países do sudeste asiático (Viet-

nã, Birmânia, Tailândia, Camboja, etc.), – ao contrário destas regiões, em quase todo o Oriente Médio (incluindo a Palestina) se desenvolveu uma civilização baseada em tribos, com agricultura onde possível e com os territórios sendo delimitados, não por fronteiras, mas pelos oásis e fontes de água. Uma civilização em larga medida nômade – e, onde sedentária, agrícola e dependente do comércio realizado pelos nômades. Foi esta organização social e esta base econômica que, quando da ofensiva do capital monopolista na virada do século XIX ao XX, possibilitou às tribos da península onde hoje é a Arábia Saudita, parte do Iraque e a Jordânia, derrotarem os esforços turcos (com apoio da Alemanha e do Império Austro-Húngaro) para unificar sob seu comando aquele território (há um interessante e belo depoimento sobre este conflito e sobre a região, de Lawrence da Arábia, *Os sete pilares da sabedoria*, Ed. Record, 1935).

A penetração do imperialismo no período logo anterior à I Grande Guerra (1914-18), mais fortemente no período entre as duas Grandes Guerras, se aproveitou destes conflitos entre as tribos e da decorrente fragmentação política para impor os seus (isto é, dos imperialistas) Estados. Esta é a origem dos Estados Nacionais naquela região: eles representam as esferas de domínio das diversas potências imperialistas e não Estados nacionais que surgiram do desenvolvimento local. Todos eles foram impostos de “fora para dentro” – como aconteceu também em boa parte do mundo colonial a partir das Grandes

Navegações. Que as tribos tenham se mantido enquanto tais nestas fronteiras artificialmente traçadas e, ainda, que expressem suas identidades também sob o manto da religião, faz parte do fundamental desta evolução. No interior dos Estados, as tribos ainda se comportam em larga medida como entidades autônomas e têm nas religiões mediações decisivas de suas identidades. Isto é mais forte no Líbano e no Iêmen do que na Arábia Saudita ou no Egito, todavia esta é uma característica da luta de classes daquela parte do planeta.

Mesmo onde ocorreram modernizações capitalistas (como o comércio em Beirute, o complexo petrolífero do Irã, etc.), a marca tribal da luta de classes da região não foi superada. Na Revolução Iraniana, por exemplo, o peso do proletariado industrial – existente e economicamente importante – foi pequeno enquanto classe. Os mojahedins – hoje aliados dos EUA e de Israel, mas que então eram uma organização guerrilheira à esquerda do espectro político e que se propunham a fundir o islamismo e o marxismo – foram rapidamente dominados pelos partidários do aiatolá Khomeini. No Líbano, Iraque, Síria, Jordânia, etc., as diferenças tribais continuam decisivas nas lutas políticas do presente². Na

² Os iranianos são formados por persas (50% da população) e tem como língua comum o farsi. São portadores de uma cultura milenar desde Ciro o Grande (546 AC). No território iraniano há centenas de etnias e tribos. Dentre eles “12 milhões de ajerbaijões que falam turco em vez de farsi, 6 milhões de curdos. As tribos divididas em subtribos contam-se 400. Porém, aquelas com poder suficiente para exercer influência

guerra da Síria, lembremos, as classes e os conflitos inter imperialistas transcorrem tendo as tribos e suas religiões por mediações.

Foi sobre essa formação histórica peculiar ao Oriente Médio que tanto foram impostos pelas potências imperialistas os atuais Estados da região, quanto se modernizou a reprodução das ideologias religiosas que lá predominam.

É sobre esta “tradição”³ que se eleva o massacre do povo palestino, hoje, a um genocídio explícito. Uma “tradição” literalmente milenar, que está na base da formação das classes, sobre a qual se estruturou a propriedade privada capitalista naquela área — pequenas propriedades agrícolas ao lado de latifúndios monocultores; elevados investimentos de capitais imperialistas nos complexos petroquímicos que se justapõem ao atraso social e à baixa consciência de classe ainda em seu estágio tribal-religioso; cidades

sobre o governo incluem aproximadamente um milhão de Balúchis no sudeste do país, 700 mil Lurs das Montanhas Zagros centrais e aproximadamente 1 milhão Bactrianos no sul de Zagros”. (Mackey, Sandra. *Os iranianos, Pérsia, Islã e alma de uma nação*. Biblioteca do Exército Editora. 2008. Pp. 24-26.)

³ “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhe as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.” (Marx, *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*)

modernas lado a lado de vilas que não deixaram ainda o século XVII ou XVIII; uma economia de mercado de massas por vezes desenvolvida sob uma ideologia muçulmana pré-capitalista, etc.

Está nesta “tradição” a gênese do massacre palestino, que se inicia graças ao formato peculiar das contradições inter-imperialistas que marcaram a Guerra Fria. Nos anos posteriores à II Grande Guerra (1939-45), os interesses do complexo militar-industrial dos EUA e da Europa, somados à expansão da influência da URSS com a ocupação da Europa Oriental pelo Exército Vermelho e, logo depois, pela vitória dos revolucionários na China (1949), pelo aguçamento na África e na Ásia das lutas pela independência nacional e, ainda, pela Revolução Cubana – estes fatores todos influiriam na estratégia estadunidense de cerco à URSS mediante uma cadeia mundial de bases militares e governos títeres que compuseram a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a OTASE (Organização do Tratado da Ásia de Sudeste).

No mapa abaixo, os países da OTAN em cinza:



No mapa seguinte, em cinza, os países integrantes da OTASE: Austrália, Nova Zelândia, Paquistão, Tailândia e os Estados “sob a proteção” da OTASE: Vietnã, Camboja (antigo Kampuchea) e Laos. Além deles, os Estados alicerces, Estados Unidos, França e Inglaterra, países imperialistas que dominaram a região por séculos.



A contrapartida foi a criação do Pacto de Varsóvia pela URSS e seus aliados. Do ponto de vista militar, o Pacto de Varsóvia herdou da II Grande Guerra a superioridade militar soviética no cenário europeu (sua capacidade de, em uma guerra não nuclear, ocupar toda a Europa). A OTAN desenvolveu a capacidade nuclear de destruir a URSS. Este é o “equilíbrio” da “assegurada destruição mútua” que perdurou durante a Guerra Fria.

Do ponto de vista das potências imperialistas ocidentais, o calcanhar de Aquiles do cerco à URSS e à China Popular estava no Oriente Médio, mais exatamente entre o Líbano e o Irã. Nesta fragilidade, aos olhos da URSS, residia a possibilidade de enfraquecer os EUA e seus aliados. A região se tornou, em poucos anos, estratégica para os dois lados. A precária estabilidade da dominação

imperialista inglesa, francesa e estadunidense em uma região ainda marcada por tribos possibilitava a aliança da URSS com algumas tribos, se aproveitando das rivalidades centenárias entre elas, enquanto outras tribos se aliavam às potências ocidentais. Tudo isso dificultava o domínio do imperialismo ocidental naquela região -- que, além do aspecto estratégico, ainda ganhava importância devido às suas reservas de petróleo.

Para “fechar” este cerco, foi criado o Estado de Israel, em 1948; em 1953, foi dado o golpe de Estado contra o governo Mossaddegh, no Irã e, em 1955, foi assinado o “Pacto de Bagdá” (Irã, Iraque, Paquistão -- Turquia e Inglaterra), sob os auspícios da CIA e de John Foster Dulles, então Secretário de Estado dos EUA. Os EUA não participaram oficialmente devido à pressão de Israel, já em aberto conflito com os árabes.

A criação de Israel, o golpe contra Mossaddegh e o Pacto de Bagdá, claro está, se articulam à criação da OTAN e da OTASE. São as medidas tomadas pelos EUA e seus aliados contra o “bloco comunista”, formado pela URSS, pela China e seus aliados. A criação do Estado de Israel inaugurou o primeiro ato do massacre dos palestinos: a ocupação militar do território com a expulsão da população lá residente. O apoio militar britânico jogou papel decisivo. Logo em seguida, no interior de Israel, seriam formadas as primeiras forças paramilitares para perseguirem os palestinos. Ben-Gurion foi um dos seus principais organizadores. O Exército de Israel recebeu a dominação de “Forças de Defesa”,

uma similaridade a mais com a *Wermacht*, literalmente, “força de defesa”, do exército de Hitler.

O governo Mosaddegh, eleito democraticamente no Irã, era um governo burguês, nada tinha de popular. Nada de comunista. Defendia uma política nacionalista contrária à apropriação pelas Sete Irmãs (as grandes petrolíferas) do petróleo do país. A CIA articulou sua derrubada e instalou a ditadura de Reza Pahlevi, -- a qual, graças também ao terror de sua polícia política, a Savak, se manteve no poder até a Revolução Iraniana de 1979. O resultado imediato do golpe no Irã e da criação de Israel foi fortalecer a presença dos EUA e seus aliados na região. Contudo, a um elevado preço. Forçou os palestinos a se organizarem para a resistência (a principal organização era, então, a OLP, de Yasser Arafat), com o apoio da URSS. Pela primeira vez, os soviéticos contavam com um aliado fiel na região, que não poderia ser “convencido” a apoiar o imperialismo estadunidense e seus aliados. Em segundo lugar, a derrubada de Mosaddegh e a aliança “sólida” do Irã com os EUA através da ditadura de Reza Pahlevi levaram o Iraque, tradicional adversário do Irã nas disputas regionais (sunitas *versus* shiitas), a buscar apoio da URSS, iniciando as fissuras no “Pacto de Bagdá”. Israel e Irã se tornaram aliados dos EUA e da Europa. A OLP e o Iraque, a primeira mais solidamente que o segundo, alinharam-se com a URSS. Este seria o cenário que iria predominar até os anos de 1970-80.

Ainda deve importância na história da região que, naqueles primeiros anos após a II

Guerra Mundial (terminada em 1945), os movimentos de independência nacional, a “descolonização” principalmente nos territórios do Império Britânico, possibilitaram o surgimento no Oriente Médio de alguns governos nacionalistas. Expressavam interesses de um amálgama de distintas classes, desde pequenos proprietários, camponeses ou não, até comerciantes, industriais e intelectuais. Tais governos pretendiam se aproveitar da crise do pós-guerra para, ao menos, diminuir a exploração de seus países pelo Leão Britânico. O mais significativo dos seus líderes foi Gamal Abdel Nasser, no Egito. Entre 1956 e até sua morte, em 1970, personificou o quão longe se poderia levar, com uma base social tão heterogênea, a unificação da região contra o imperialismo inglês, estadunidense e francês – contando com o apoio, nem sempre seguro, pois variava segundo os interesses soviéticos e chineses, da URSS e da República Popular da China. Foi um período de guerras e conflitos no Oriente Médio (contemporâneos à Guerra da Coreia, à Guerra da Argélia e à Guerra do Vietnã; também às ditaduras militares na América Latina).

A Guerra dos Seis Dias (junho de 1967), com a vitória militar de Israel, a morte de Nasser em 1970 e o início da crise estrutural do capital em meados da década de 1970, alteraram este quadro.

A “crise do petróleo” (a partir de 1973) inundou com bilhões de dólares as classes dominantes dos países da OPEP (os petrodólares). A divergência delas com o imperialismo diminuía na proporção em que aumentava o preço dos seus petróleos. Ao mesmo

tempo, não havia melhor investimento para seus ganhos do que as economias mais desenvolvidas. O nacionalismo, então presente – ainda que débil – nestas classes dominantes, evaporou. Foi substituído pela aproximação das classes dominantes dos países da OPEP aos EUA e à Europa. Foram os anos em que Henry Kissinger era a estrela da diplomacia mundial (1973-1977, grosso modo). Nesta aproximação ao Ocidente, a Arábia Saudita foi seguida por vários outros países. O “terceiro mundismo” enfrentava seu ocaso, também no Oriente Médio. Os palestinos perderam seus principais aliados locais.

Com a Guerra do Líbano (1982) e a ocupação de Beirute pelas tropas israelenses, Yasser Arafat e a OLP tiveram seu poder reduzido praticamente a zero. O que sobrara dos aliados da URSS na região não passava, ao início dos anos de 1980, do Iraque.

Os EUA e seus aliados buscaram, então, se aproximar de Saddam Hussein, o ditador iraquiano. Nisso são auxiliados quando, em 1979, a revolução popular botou abaixo a ditadura de Reza Pahlevi e conduziu ao poder um governo com fortes traços nacionalistas e que, com alterações na sua composição interna, se mantém no poder até hoje. O governo revolucionário iraniano tinha como principal inimigo os EUA, que não apenas organizaram o golpe que colocou no poder Reza Pahlevi, não apenas sustentaram sua ditadura enquanto ela perdurou, como ainda se apropriavam a preço de banana do petróleo iraquiano. O Iraque viu, então, chegada sua oportunidade: venderia a um alto preço sua

conversão, de aliado preferencial da URSS, em um novo aliado do bloco EUA-Israel. Consolidada esta aliança, o Iraque se dispôs a ser a ponta de lança militar contra o governo iraquiano, resultante da Revolução de 1979: tem início a Guerra Irã-Iraque, que perdurará de 1980 a 1988.

Sem nenhum aliado seguro na região, a URSS invadiu o Afeganistão, o território ao seu alcance mais próximo do estrategicamente decisivo Golfo Pérsico. Assim iniciou-se, em 1979, o “Vietnã soviético”. Terminaria com a derrota do Exército Vermelho e sua retirada em 1989 – mesmo ano da queda do Muro de Berlim. Neste conflito, a CIA financiou a campanha guerrilheira de Osama Bin Laden, na qual teve origem a Al-Qaeda.

O Iraque, endividado pela guerra contra o Irã e, com a crise internacional piorando sua situação econômica, com uma séria crise social e política, levou Saddam Hussein a invadir o Kuwait para pressionar os EUA e seus aliados por uma “ajuda” mais substancial. Tem início a primeira invasão do Iraque (1990-91), a Guerra do Golfo, seguida pela segunda invasão, a “Operação Liberdade do Iraque” de 2003 a 2011 (depois do suspeitíssimo “atentado da Al-Qaeda” às Torres Gêmeas, em 2001). A crise estrutural se aprofundou, as forças imperialistas em todo o mundo vão se enfraquecendo e acumulando derrotas militares. A mais espetacular é a dos EUA para o Talibã, no Afeganistão, em 2021, após 20 anos de ocupação do país. A mais recente é a incrível resistência do Hamas, em Gaza.

É neste contexto que o Irã implementa sua política armamentista, a qual, segundo avaliações do *The Guardian*, citando vários especialistas (repetimos), estaria há cerca de dois anos de conseguir sua primeira bomba atômica. Uma vez colocado na defensiva o Estado Islâmico (na Guerra da Síria) e também as tendências nacionalistas e anti-Israel que emergiram nos países do norte da África e do Oriente Médio com a “Primavera Árabe”, ante a debilidade do governo Biden nos EUA (governo que, pressionado pela direita “trumpista” e pelos efeitos de longo prazo da crise estrutural, não necessita de uma crise no Oriente Médio; contudo, não tem forças para impor a Israel sua estratégia para desescalar o conflito), havia chegado a hora para Israel acertar as contas com os palestinos e, por tabela, com o Hamas, o Hezbollah e as demais organizações político-militares que representam os palestinos e/ou são aliadas do Irã. O que abriria a possibilidade de um conflito armado com o Irã, conflito almejado por Israel e vários de seus aliados para impedir que este país alcance a capacidade nuclear, o maior pesadelo dos sionistas neste momento.

O genocídio, por todas essas razões, muito possivelmente viria, tendo ou não ocorrido a ofensiva palestina de 7 de outubro de 2023.⁴

⁴ Desde o primeiro momento, chamou atenção os serviços secretos de Israel não terem previsto a ofensiva de 7 de outubro. Dado que o governo Netanyahu foi favorecido pelo conflito, somado ao fato de que não houve uma reestruturação dos serviços de inteligência de Israel após o que seria uma tão clamorosa

O genocídio em marcha

É neste contexto que tem início a atual ofensiva de Israel contra os palestinos.

São eles, os palestinos, enquanto classe social (camponeses em sua maioria) e enquanto nação, os únicos para os quais aceitar a presença do Estado de Israel significa seu desaparecimento, tanto como classe quanto como nação. Lembremos que a política genocida de Israel estava há tempos sendo colocada em prática, já bem antes da destruição da OLP em 1982. Por meios nem sempre “visíveis”: o fato de os muçulmanos separarem meninos e meninas em escolas específicas, possibilitou que por décadas os israelenses bombardeassem as escolas masculinas, buscando destruir as futuras gerações de guerrilheiros e, ao mesmo tempo, preservar a força se trabalho feminina⁵. Ou por meio de uma “guerra de baixa intensidade”, com “operações especiais”, terroristas em verdade, contra hospitais, prédios residenciais, pontes e estradas – e até mesmo cerimônias de casamento! Ou, então, pela ocupação “silenciosa” dos territórios palestinos, com a expulsão pela força dos camponeses deles habitantes. E, também, pela montagem de uma estrutura de campos de concentração (apenas não são assim denominados devido à força do capital israelense na mídia mundial) em

incompetência, fortalecem a hipótese de que o governo de Israel teria ignorado propositalmente as informações dos serviços secretos.

⁵ Cf. por exemplo, David Barsamian e Tariq Ali. “Palestina e Israel”. In: *Imperialismo & Resistência*. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

que são “alojados” os palestinos “que assim queiram”, aos quais são caridosamente oferecidos empregos em Israel. Aos que se negam a tal “alojamento”, resta o desemprego, ainda pior que os baixíssimos salários pagos pelos israelenses, e a forte repressão tanto do Exército quanto do Mossad e do Shin Bet, órgãos de espionagem, torturas e assassinatos de Israel. Um autêntico e verdadeiro *apartheid*: não por acaso Israel foi dos últimos aliados do governo racista da África do Sul. A Faixa de Gaza é o maior destes campos de concentração.

O governo Netanyahu, premido por uma forte crise interna, enfraquecido politicamente e acusado de corrupção, enxergou no ataque do Hamas de 7 de outubro de 2023 a possibilidade de matar dois coelhos com uma única cajadada. Por meio de uma ofensiva militar, alcançaria o objetivo que o imperialismo ocidental buscava há décadas: a destruição da resistência palestina. Ao mesmo tempo, unificaria o país, postergando as ameaças à sobrevivência do seu governo e de si próprio.

O peso da “tradição”

O que ocorre em Gaza é, em larga medida, a continuidade desta “tradição” de raízes milenares. As diferenças tribais servem de instrumentos para as disputas inter-imperialistas. Tal como a criação do Estado de Israel foi uma imposição dos EUA para consolidar seu poder na região, o apoio da ex-URSS à Organização para a Libertação da Palestina de Yasser Arafat visava ampliar sua presença

na área e enfraquecer o domínio estadunidense; o apoio nos últimos anos do Irã ao Hezbollah, Hamas, etc., tem a mesma finalidade. Hoje, Estados Unidos de um lado, Irã e China de outro, com uma participação não tão nítida da Rússia, utilizam o conflito entre Israel e os palestinos como instrumento de suas lutas inter imperialistas.

No solo, no campo de combate, o que temos são camponeses expulsos de suas terras, os palestinos, contra israelenses que se apoderaram destas propriedades e desejam ampliá-las com o genocídio em marcha. Uma disputa entre proprietários privados na qual interferem pesadamente as principais potências imperialistas mundiais. O horizonte da luta, dos dois lados, é o mesmo. A conquista da terra, da propriedade privada: a acumulação de capital.

Neste horizonte restrito, humanamente mesquinho da propriedade privada burguesa, a questão palestina só pode comparecer, mesmo no mais à esquerda, como uma luta *pela* propriedade privada, ainda que seja a camponesa; como uma luta *por* um Estado, o da classe dominante palestina. Luta-se, assim, *por* uma nação e *contra* a Internacional. Lembremos do marxismo clássico: Estado é sinônimo de opressão, não de superação do capital. Genocídios como o que assistimos em Gaza são, em geral, conduzidos por Estados. Por mais radical que pareça, a defesa de um Estado Palestino do rio (Jordão) ao mar (Mediterrâneo) nada tem de revolucionária. É apenas a proposta de substituição de um Estado por outro, de uma classe dominante por outra. No máximo, de uma modalidade de

propriedade da terra por outra. Pode ter a aparência de algo radical, mas a alma é conservadora.

Que conflitos que opõem “guardiões do capital” podem degenerar em lutas sangrentas, genocídios como o atual, com heroísmo e valentias exemplares, também é um fato: a luta pela propriedade privada tem dessas características. Não foi assim na Argélia, em Ruanda, no Vietnã? Não é assim em Gaza? São lutas que exibem a possibilidade de os “de baixo” enfrentarem, mesmo militarmente, os “de cima”. Isso, contudo, não as torna lutas revolucionárias: elas são promotoras de rearranjos sucessivos (dadas as inexoráveis contradições do sistema do capital, ainda mais em seu ocaso) no interior da ordem do capital, não de sua superação. A vitória de Israel e seus aliados – ou o oposto, a menos provável derrota de Israel e a vitória do Hamas e seus aliados – promoverá um rearranjo no interior da ordem do capital e dos imperialismos. Não irá além disso. Pois também o Hamas se bate por um seu Estado que defenda sua propriedade privada – com todas as desumanidades que acompanham a exploração do ser humano pelo ser humano.

É disto que se trata o genocídio palestino: as disputas inter imperialistas, desde os anos da Guerra Fria, se desdobraram em uma infinidade de conflitos e guerras que opõem árabes e israelenses não pelo que eles são concretamente, enquanto israelenses e árabes. Nada, enquanto seres humanos, opõe à morte os que lá habitam. O que os lança uns contra os outros é o sistema do capital mun-

dial, com sua atual crise estrutural reque-
rendo toda e qualquer fonte de mais-valia
imaginável.

Aqui, em nosso país, esta mesma sede por
mais-valia comparece na redução dos empre-
gos, na intensificação da jornada de trabalho,
na destruição da Amazônia, no massacre dos
Ianomâmis e dos demais povos indígenas, na
intensificação da miséria e da concentração
de renda. Lá na Palestina, pelo organizado e
sistemático massacre, que já vem de décadas,
dos palestinos e pela ocupação militar de
Gaza, das Colinas de Golan (Síria), do sul do
Líbano e das áreas da Cisjordânia ainda não
ocupadas pelos israelenses. Ainda que distan-
tes geograficamente, os trabalhadores brasi-
leiros confrontam a mesma força bárbara que
massacra os palestinos.

Bem pesadas as coisas, o massacre dos pa-
lestinos não é uma obra excepcional do capi-
tal: ao contrário, é o seu modo de proceder
típico. Com a Acumulação Primitiva do Ca-
pital (entre 1500 e 1780, grosso modo), a hu-
manidade conheceu o massacre dos povos
originários da Ásia, África e América – com
a necessariamente correlata destruição da na-
tureza. O caráter belicoso do capital avançou
com as guerras no continente europeu nos
séculos XVI e XVII, com as guerras napo-
leônicas no início do século XIX, depois com
a nova rodada do imperialismo que foi a Par-
tilha da África Negra na passagem do século
XIX ao XX⁶. Teve então início o século mais

⁶ Dois títulos são imprescindíveis: Brunschwig, H.
(1974) *A partilha da África negra*. Ed. Perspectiva, São

sangrento da história da humanidade (Kolko, G. (1994) *Century of War*. The New Press, Nova Iorque.): as duas Grandes Guerras, inumeráveis guerras localizadas, infinitos atentados e assassinatos – e o desenvolvimento do arsenal nuclear.

As disputas inter-imperialistas dos nossos dias são apenas a forma atual da essência assassina do capital, de sua essência desumana. O genocídio dos palestinos, com todos os seus horrores, é a continuidade do genocídio dos judeus, comunistas, soviéticos, ucranianos, ciganos, homossexuais e democratas pelos nazistas; das centenas de milhares, quando não milhão de mortos ao longo de poucas horas de combate, tanto na Primeira quanto na Segunda Grande Guerra. Para não irmos tão longe de nós: o extermínio em andamento dos Ianomâmis e dos Kaiowá-Guaranis tanto pela fome, quanto pela destruição de suas terras; da morte todo ano por insuficiência alimentar de milhares de crianças brasileiras, pela redução à escravidão de bolivianos, paraguaios e venezuelanos que vem ao país em busca do “azar” de serem trabalhadores produtivos; de família inteiras jogadas nas sarjetas pelo desemprego ao lado da “pornográfica” (Jessé de Souza) concentração de riqueza no Brasil... O capital que nos oprime aqui é o mesmo que assassina palestinos por lá.

Por esta sua essência, por ser o resultado necessário e inescapável da evolução do ca-

pital, não há força capaz de conter o genocídio, de salvar “vidas aqui e agora” – exceto a revolução proletária. Por isso a impotência ante o genocídio das manifestações por todo o mundo, a incapacidade da pressão da opinião pública internacional (e de órgãos como a ONU) em salvar sequer algumas vidas. Tal impotência nada mais é que a expressão particular de um fato mais geral: a crise estrutural faz com que se converta em “absoluta” a necessidade do capital por mais-valia. As disputas inter-imperialistas perdem margem de manobra para negociações e acordos, vão desaparecendo as possibilidades de soluções não bélicas. Além disso, as guerras servem de importante válvula de escape ao capital: o complexo industrial-militar tornou-se essencial à sua reprodução.

Some-se a isto que, em Israel, o governo sionista de Netanyahu utilizou o conflito armado para não cair. O capital imperialista em Israel enxerga um excelente negócio na exploração dos territórios ainda sob controle palestino: necessita seu *Lebensraum*, seu “espaço vital. Ante as necessidades tornadas “absolutas” – isto é, imperativas – tanto do capital internacional, quanto do capital em Israel, uma ampla frente democrático-humanista ao redor da criação de um Estado palestino é impotente para conter o genocídio.

Esta impotência da pressão política e ideológica é apenas um exemplo de um caso mais geral. Também no caso palestino, o reformismo (que sempre busca um rearranjo da ordem do capital, jamais sua superação) apenas auxilia os poderosos do dia. Canaliza a legítima e generalizada indignação contra

Israel para uma luta impotente, incapaz sequer de salvar algumas poucas vidas de crianças palestinas. Pior: coloca na rua milhões de pessoas a favor do Estado e da propriedade privada (os principais instrumentos do genocídio). O fato de ser um Estado e uma propriedade privada palestinos, em nada altera deste fato. Ao velarem o papel determinante do capital no genocídio, também velam a sua causa fundamental e esgotam suas parcas forças ao clamarem pelo impossível: um rearranjo da ordem do capital que respeite vidas humanas. Ao assim fazerem, deixam livre o capital para prosseguir em sua sanha assassina. Não apenas em Gaza, mas também em nosso país, os acontecimentos têm esfregado na cara da humanidade a impotência do reformismo para superar as desumanidades do capital.

Contudo, isto nós já sabemos há mais de um século! No genocídio palestino (mas também dos povos originários do Brasil, etc.), evidencia-se o que já se sabia desde Marx e Engels. Isto é, na luta de classes, quem pode o mais não pode o menos. A burguesia podia destruir o Estado feudal por uma revolução e construir o Estado burguês. Mas não poderia, jamais, transformar o Estado feudal-absolutista em seu Estado, burguês. Algo análogo em nossos dias: podemos destruir o capital; controlá-lo, jamais. O capital, esta relação social criada pela humanidade, se converteu em uma autêntica *causa sui*, no dizer de Mészáros. Isto é, tornou-se como um Deus onipotente que tem em si próprio sua causa fundante. Podemos, sem a possibilidade de meio-termo, de modo absoluto – botar

abaixo este Moloch, ou a ele nos submetermos. Este é o desafio que temos pela frente. (É isto que faz valer a pena viver em nossos dias: um enorme desafio também é a possibilidade de nossa elevação a novos e mais elevados patamares de humanidade: a revolução proletária.)

Tal como não havia possibilidade de se superar os horrores das duas Grandes Guerras por meios diplomáticos ou políticos – apenas a superação do modo de produção capitalista poderia livrar a humanidade daqueles horrores⁷ – hoje, a única alternativa capaz de salvar vida dos palestinos é também a revolução proletária. Tem-se a impressão de que ela, a revolução proletária, estaria mais distante e seria mais difícil de ser conquistada do que a criação de um Estado que salve vidas palestinas. Apenas aparentemente. Pois é, de fato, maior a possibilidade de destruímos o capital do que a vida de seres humanos ser garantida por qualquer Estado, mesmo sendo ele um Estado palestino.

Lições para o presente

Desde 1651, quando Hobbes publicou o seu *Leviatã*, sabemos que a sociabilidade burguesa converte os humanos em lobos dos próprios humanos. Sabemos, hoje, que o início desta conversão dos humanos em seus próprios algozes teve origem ainda mais dis-

⁷ Por isso, a palavra de ordem dos revolucionários tanto na I quanto na II Grande Guerra: converter a guerra imperialista em uma guerra revolucionária do proletariado contra a burguesia.

tante no passado, com o surgimento da exploração do ser humano pelo ser humano: a propriedade privada. Sabemos, ainda, que foi então que surgiram o Estado e a família monogâmica (o patriarcalismo). Em poucas palavras: o surgimento do trabalho excedente em um período histórico em que a carência podia ser mitigada, mas não superada, deu origem à propriedade privada e todas as desumanidades que a acompanham. Este é o fator mais profundo, a “causa das causas”, do genocídio dos palestinos⁸.

Conhecer a gênese de uma opressão tem a vantagem de podermos descobrir como superá-la – se e quando for o caso. Tem a vantagem de possibilitar a elaboração de uma linha de ação superadora. O que o genocídio palestino em andamento nos demonstra neste sentido são, ao menos, dois aspectos da maior importância:

1) o primeiro: com que extensão, a que profundidade, a forma atual da propriedade privada e do Estado (ambos burgueses) é capaz de intensificar a essência de “lobo do próprio ser humano” dos humanos. Não é

⁸ Nas obras de Marx e Engels há uma infinidade de textos que tratam das alienações que brotam do capital. Engels, F. (2010) *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Ed. Expressão Popular, São Paulo, está entre os mais importantes. Há uma profunda exposição desta conexão entre propriedade privada e alienação em “A reprodução”, capítulo de Lukács, G. (2018) *Ontologia do Ser Social*. Obras, volume 14. Coletivo Veredas, Maceió. Na literatura de divulgação, cf. Tonet, I. e Lessa, S. (2008). *Introdução à filosofia de Marx*. Ed. Expressão Popular, São Paulo; e Lessa, S. (2020) *Abaixo a família monogâmica!* Coletivo Veredas, Maceió.

uma lição que se possa denominar de nova, claro está. Os exemplos passados são tantos, que inumeráveis. Desde os horrores das duas Grandes Guerras, as bombas atômicas no Japão, os 3 milhões de vietnamitas assassinados na resistência aos EUA, os crimes de guerra da França contra os argelinos, até os horrores de Guantánamo e dos *black sites* da CIA, na Europa, na África e no Oriente Médio... a lista poderia preencher páginas. A primeira lição que o genocídio em Gaza nos fornece é a, uma vez mais, constatação de que o Estado e a propriedade privada são desumanos, alienam (tornam inumanos) os seres humanos. O massacre dos palestinos é a expressão exata do caráter desumanamente belicoso do capital, do Estado, da propriedade privada e da família monogâmica. Uma guerra generalizada no Oriente Médio, possibilidade que se avizinha neste final de ano de 2024, não mostrará outra coisa.

Ao, nos anos de Marx e Engels, definir-se o programa da revolução proletária como a superação da propriedade privada (a exploração do ser humano pelo ser humano), do Estado e da família monogâmica, o que se tinha em mente era este fato que a história faz a cada dia mais indisputável. Isto é, o capital, a forma atual da propriedade privada, converte necessariamente os seres humanos em algozes de nós próprios. Podemos e devemos nos horrorizar com o que ocorre em Gaza – mas este horrorizar-se apenas será consequente se for contra a essência do genocídio e, não, a favor do Estado (ainda que seja palestino).

O massacre do povo palestino não é uma luta entre dois povos. Um que quer se libertar, outro que deseja oprimir. É uma luta em que o Hamas e seus aliados (Irã incluso) almejam afirmar o seu direito à propriedade privada (e, portanto, ao seu Estado e ao seu patriarcalismo), contra os mesmos direitos dos israelenses e do imperialismo ocidental. Enquanto judeus e palestinos, nada há que os leve a se matar mutuamente. Enquanto proprietários privados, nada há que possa impedi-los de se lançarem de armas em punho uns contra os outros. O capital é capaz de operar “milagres” desta ordem. E não há atalhos para conter o massacre: destruímos o capital ou, então, o massacre prosseguirá enquanto for necessário ao “*Monsieur le Capital*”. A urgência de salvar vidas em Gaza é a urgência da revolução proletária. Não há atalhos, nem mesmo atalhos mitigadores contra os horrores que assistimos.

Esta situação se torna ainda mais absurda (se possível) ao nos lembrarmos que vivemos um período da história no qual a cooperação de todos com todos, fundada pelo trabalho associado, ofertaria à humanidade uma existência de uma qualidade humana hoje sequer imaginável. Com a transição ao comunismo, teríamos uma ampliação da “esfera da liberdade” (“para além da necessidade”, ali “onde começa a verdadeira existência humana” — Marx) e esta possibilidade faz ainda mais aterradora (se possível, repetimos) o genocídio em Gaze e a guerra que se desenha no horizonte.

2) O segundo aspecto que o genocídio evidencia é a confirmação, uma vez mais, do que

já se sabia há século e meio, pelo menos. Isto é, é o capital que determina o Estado e a política, não o oposto. Na relação entre Estado, capital e política, uma relação complexa e permeada de contradições, o momento predominante é o capital, mais exatamente as necessidades que a todo momento se apresentam para a sua reprodução. Quando atingimos a crise estrutural, esta relação torna ainda mais intenso o predomínio do capital sobre o Estado e a política. A crise se aprofunda desde meados de 1970, ganha uma nova qualidade: as necessidades do capital se tornam “absolutas”. A ameaça da crise do sistema mundial do capital torna imperativo o atendimento imediato das demandas da reprodução do capital. Todas as vezes que são atendidas, contudo, as demandas são apenas deslocadas para o futuro, são intensificadas e se tornam ainda mais imperativas, pois são ainda maiores as ameaças de uma crise global. Cavamos sob nossos próprios pés; a humanidade se destrói e tem disso crescente consciência.

É esta situação de fundo que torna impotentes as manifestações, mesmo que por milhões de pessoas, contra o genocídio. Enquanto elas se propõem a não ser mais do que manifestações a favor do Estado (no caso, palestino), sua impotência advém do fato de apoiarem, ao fim e ao cabo, “a causa de todas as causas” daquele massacre: o Estado e a propriedade privada. Enquanto não forem ações contra o capital, deixarão as portas abertas para que os israelenses e seus aliados imperialistas levem avante a sanha assassina do capital.

A crise estrutural do capital levou a humanidade a este ponto. Ou nos destruimos, ou destruimos o capital e tudo o que lhe é inerente (o Estado, a família patriarcal, a propriedade privada, etc.).

Contra o genocídio dos palestinos, restamos apenas uma alternativa: a revolução proletária.

III. Os revolucionários e o genocídio palestino

O “moedor satânico de carne humana”

Nesses dias em que escrevo, final de 2024, a humanidade assiste, impotente, aos capítulos mais horrendos do genocídio do povo palestino pelas forças militares de Israel. A ocupação permanente do norte de Gaza pelos invasores israelenses parece ser um fato consumado. Fome, sede, deslocamentos sucessivos de milhares de pessoas. A miséria humana da era da abundância é o cotidiano dos sobreviventes. As cifras mais amplamente divulgadas falam em cerca de 50 mil mortos. Uma estimativa do jornal *The Lancet* alcança 186 mil mortos, diretos e indiretos⁹. A maioria das vítimas é de mulheres e crianças.

⁹ Em conflitos recentes, o número de mortes indiretas varia entre três e 15 vezes o número de mortes diretas. Aplicando uma estimativa conservadora de quatro mortes indiretas por cada morte direta às 37.396 mortes registadas, não é implausível estimar que até 186 000 ou mesmo mais mortes possam ser atribuídas ao atual conflito em Gaza. Utilizando a estimativa da população da Faixa de Gaza para 2022, de 2.375.259 habitantes, isto traduzir-se-ia em 7-9% da população total da Faixa de Gaza. Um relatório de 7 de fevereiro de 2024, quando o número de mortes diretas era de 28 000, estimava que, sem um cessar-fogo, haveria entre 58.260 mortes (sem epidemia ou escalada) e 85.750 mortes (se ambas ocorressem) até 6 de agosto de 2024. ([https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(24\)01169-3/full-text](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(24)01169-3/full-text). Em 17 de novembro de 2024)

Diferente de outros massacres e genocídios (por exemplo, o dos Tútisi em Ruanda, cerca de 750 mil mortos, duzentas mil mulheres estupradas, em pouco mais de 3 meses), a invasão de Gaza contou com cobertura da mídia, uma cobertura na qual quase sempre se reconhece o direito de Israel revistar a ofensiva do Hamas de 7 de outubro de 2023. Condena-se apenas os “exageros”. A imprensa, as fotografias e filmes são pesadamente censurados. Quer pelos militares israelenses, quer pelo poder de Israel nos grandes conglomerados de notícias – quer, ainda, pelo “dever” da imprensa burguesa em não nos expor aos horrores do capital.

Não há palavras para descrever o que lá ocorre.

A ofensiva israelense despertou justa condenação planeta afora. Milhões de pessoas foram às ruas, um número muito superior aos poucos milhares que se manifestaram a favor do massacre. Raro, em nossos dias, um repúdio tão generalizado. Israel paga, no presente e pagará no futuro, um preço elevado ao se aproximar, quase à identificação, aos algozes nazistas. As manifestações a favor do direito palestino a ter um Estado e uma vida dignas, o repúdio ao sionismo que, não raramente, se converte em choques de rua contra manifestantes pró-Israel (veja-se Amsterdã, em novembro de 2024), são expressões do generalizado repúdio ao genocídio... não me ocorre, nas últimas décadas, outra circunstância em que um quase unânime repúdio tenha ocorrido senão o *apartheid* na República Sul Africana.

Esta evolução da opinião pública provavelmente teve um papel no surgimento de um vasto campo de apoio à proposta da criação de um Estado palestino como solução negociada para se sustar o massacre. A adesão a esta proposta inclui Joe Biden (o presidente dos EUA) e Emmanuel Macron (da França), até forças revolucionárias as mais diversas, maoístas, trotsquistas, leninistas, passando por todos os matizes do reformismo eleitoral (de um Bruno Altman a um Lula), incluindo até mesmo forças palestinas, como o Hamas e o Hezbollah. É muito raro que, em um conflito armado, haja uma proposta que seja aceita por uma gama tão ampla de posições políticas: a proposta da criação de um Estado palestino articula até mesmo forças que ocupam lados opostos nas trincheiras de Gaza (Joe Biden e o Hamas, por exemplo)! Como veremos, isto pode parecer, mas nada tem de paradoxal.

O Estado palestino

No interior desta amplíssima frente pró-Estado palestino, a diferenciação possível tem sido apenas uma: qual a modalidade de Estado se almeja. De um lado, a proposta de dois Estados, um palestino e outro israelense. A dúvida, aqui, é se estes Estados teriam as fronteiras de 1948, tal como delimitadas pela ONU ao criar Israel, ou teriam as fronteiras dos territórios ocupados por Israel na Guerra dos Seis Dias, em 1967, etc. Do outro lado, a esquerda revolucionária se afastaria da direita imperialista (Biden, Macron, a ONU, etc.), pela defesa de um Estado palestino “do rio

(Jordão) ao mar (Mediterrâneo)”: a destruição de Israel e a devolução do território aos palestinos. Ou postula-se uma “federação socialista árabe-israelense”¹⁰. Contudo, todos desta ampla frente, esquerda revolucionária e imperialismos, postulam a criação de um Estado palestino.

Não nos interessa um diálogo com a esquerda do capital (a esquerda eleitoreira em geral), nem com os liberais de todos os matizes. Estes representam nossos inimigos de classe. Interessa-nos um debate franco e aberto, que exponha a fundo as posições, com o campo dos revolucionários e comunistas. Apenas daí pode surgir um núcleo revolucionário que possa exercer alguma influência nos anos que virão. Entre os comunistas e revolucionários, há diferenças significativas entre nós. Em que pesem estas diferenças, o apoio à criação do Estado palestino

¹⁰ Uma federação só pode ser socialista se não for entre Estados. Uma “federação árabe-israelense” apenas pode ser entre Estados árabes e o Estado de Israel. O socialismo aqui só é compatível se defendermos ser o socialismo a estatização das forças produtivas, com tudo o que acompanha o Estado desde que ele existe: a exploração do ser humano pelo ser humano, a família monogâmica e a propriedade privada (que pode ser estatal, como bem mostrou nossa história mais recente). Não é este nem o local, nem o momento para esta discussão sobre o Estado. Queremos apenas salientarmos que são variações, tanto a proposta da criação de um Estado palestino, quando de uma federação socialista, da estratégia de se confrontar o genocídio com um novo Estado, agora palestino.

pelos revolucionários possui um núcleo comum que se articula ao redor de três eixos, se não estivermos equivocados:

1) condenação do genocídio, de Israel e do imperialismo;

2) apoio irrestrito à luta do povo palestino. Nenhuma observação crítica sobre o Hamas, o Hezbollah, sobre suas ideologias e sobre suas plataformas políticas;

3) apoio à criação do Estado palestino (por vezes com a menção de um Estado do “rio ao mar”, por vezes também com a proposta de uma “federação socialista árabe-israelense”).

A condenação do genocídio, a denúncia de Israel e dos imperialismos, a defesa do direito à vida e à dignidade do povo palestino – um traço generalizado entre os revolucionários e comunistas – possui uma indiscutível estatura moral, expressa os mais elevados valores humanos. Por vezes, expressa algo que se aproxima ao desespero: a revolução não é possível! Nestas circunstâncias, restaria a alternativa de se lutar por um Estado palestino. Postar-se ao lado das vítimas, tomar o lado dos perseguidos, é a posição que os revolucionários e comunistas devem, em todas as circunstâncias, tomar. Isto posto, reconhecimento feito, há que se analisar a fundo o que significa o apoio à proposta de criação de um Estado palestino. Tal proposta possui dois pressupostos e três graves consequências.

O primeiro pressuposto é que 1) seria possível um Estado que protegesse a vida de palestinos – mesmo nas atuais circunstâncias. O segundo, é que 2) as lutas anti-imperialistas

seriam também revolucionárias – ou teriam uma potência revolucionária.

As consequências mais graves são três. 1) conflui com a estratégia de elevar os conflitos reais à esfera da política: um bom Estado, e um bom governo, é o que se necessitaria. Ao fazê-lo, 2) converge com as tantas teses liberais segundo as quais o Estado seria uma instituição neutra: pode servir ao capital, mas também aos palestinos. Por fim, 3) não coloca em primeiro plano – por vezes sequer menciona – a única alternativa viável ao massacre: a revolução proletária¹¹.

Lancemos um rápido olhar sobre a história da região, dos seus conflitos milenares, sobre a base social em que se desdobra o genocídio. Isto nos auxiliará a determinar seu caráter de classe: isto é, quais as classes sociais estão no campo de batalha. Então, poderemos avaliar melhor, tanto estes pressupostos, quanto estas consequências.

Imperialismo e Israel

O Oriente Próximo possui uma trajetória histórica muito particular.

¹¹ Há que se salientar que há significativas diferenças entre as forças revolucionárias e comunistas que aderiram à proposta de criação do Estado Palestino. Na sua ala mais à esquerda, temos o agrupamento Cem Flores (apoio incondicional à luta do povo palestino), o Centro Victor Meyer (confederação árabe-israelense socialista), nas alas mais à direita, um explícito apoio a um Estado Palestino sem qualquer qualificação. As diferenças não são desimportantes: não são elas o objeto deste texto, contudo.

Nem, como na Europa, conheceu um desenvolvimento que, do escravismo, passando pelo feudalismo, evoluiu para o capitalismo. Nem, comparado com os países do Oriente, conheceu o modo de produção asiático tal como este se desdobrou na Índia, na China ou no Japão. O Oriente Médio, marcado pelos desertos, vales e rios, desenvolveu uma civilização articulada ao redor de tribos. Estas tinham uma base econômica muito similar (camponesa, ou tribos nômades que viviam da guerra e do comércio), que favorece a fragmentação política, cultural e ideológica que tem lá perdurado. O fato de ter sido conquistada pelos babilônios, depois pelos persas, ainda mais adiante pelos romanos, não impediu que esta formação tribal continuasse em larga medida intocada durante toda a Antiguidade. Mais tarde, nem o desenvolvimento comercial do Império Turco (Constantinopla, mas não apenas), nem as invasões sucessivas pelos cruzados europeus, conseguiram modificar o caráter tribal daquela civilização.

Parte importantíssima da história da região foi a unificação ideológica e militar (portanto, também política) das diversas tribos sob Maomé e o islamismo. No contexto da decadência final de Roma e dos primeiros séculos da Idade Média, conquistaram todo o Oriente Médio, a porção oeste da Índia e do Paquistão, o norte da África e se consolidaram por séculos na porção central e sul da Península Ibérica (mapa abaixo). Tal unificação, contudo, foi a máxima possível entre as tribos, não a superação das mesmas por Estados nacionais. Com a decadência do califado, a fragmentação política e militar das tribos se

manteve. Com alterações que agora não nos interessam particularmente, o Oriente Médio alcançou o século XIX ainda sendo predominantemente tribal, com uma economia camponesa pontuada pelos seus rios, desertos e oásis.

O Império Árabe

A passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, com a crise de 1870-71 (a mesma que desencadeou a Comuna de Paris, após a derrota da França frente à Prússia), alterou a relação do capitalismo europeu com aquela parte do planeta. Por duas razões fundamentais. Mais imediatamente, porque intensificou a disputa por mercados e fontes de matérias-primas entre os trustes e monopólios. Nestas disputas, o terreno primeiro foi a África Negra, sua partilha conduzindo a vários conflitos militares impulsionados pelas contradições entre os imperialismos.¹² Não demorou muito para que tais disputas inter imperialistas alcançassem o Oriente Médio. Com o apoio da Alemanha e da Áustria, a Turquia tentou se expandir para o sul, conquistar a Península Arábica e dominar Meca (o centro religioso do islamismo). As tribos se unificaram e derrotaram militarmente a ofensiva turca, com uma criativa estratégia guerrilheira que Lawrence da Arábia, em *Os*

¹² Sobre o imperialismo daqueles anos e sua penetração na África, cf. Brunschwig, H. (1974) *A partilha da África negra*. Ed. Perspectiva, São Paulo e, sobre a Ásia, Panikkar, K. M. (1977) *A dominação ocidental na Ásia*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

sete pilares da sabedoria, descreveu em detalhes.¹³

Terminada a I Grande Guerra (1914-18), a importância das reservas de petróleo para os países imperialistas aumentou na mesma proporção em que crescia o consumo de petróleo, tanto na produção em geral, quanto e principalmente no complexo automobilístico que então se desenvolvia. Impossibilitada a conquista militar das tribos, restou a alternativa de aliança com algumas tribos para, através desta aliança, fazer predominar os interesses deste ou daquele imperialismo, neste ou naquele território.

Fazendo curta uma longa história, permeada por alianças sempre mutáveis das diferentes tribos com as distintas potências imperialistas, chegamos ao final da II Grande Mundial (1945) e ao início da Guerra Fria (1947). Há uma data precisa para o início da perseguição dos palestinos que se desdobrou, nas últimas décadas, em uma cuidadosamente planejada estratégia de genocídio: 1948, a criação do Estado de Israel.

Em “O genocídio palestino e o capital”, logo acima, expusemos os fatos históricos mais importantes, entre 1948 e nossos dias. Por isso podemos nos limitar a uma ainda mais breve exposição.

Ao término da II Grande Guerra (1945), embora a maior potência militar do planeta fossem os EUA (o maior exército e, ainda, o

¹³ A melhor análise e descrição desta estratégia está em Liddell Hart. B. H. (1967) *As grandes guerras da história*. Ed. Ibrasa, São Paulo e, do mesmo autor, *Lawrence of Arabia* (Capo Press)

único a possuir bombas atômicas), era a URSS que se expandia. Não apenas conquistara a Europa Oriental e mais da metade da Alemanha ao combater os nazistas, como ainda, no Oriente, o Exército Vermelho estava a quatro anos da vitória definitiva na China.

Por motivos econômicos profundamente enraizados na reprodução do capital (a ameaça de uma crise de superprodução ao término da guerra, com a gigantesca capacidade de produção dos EUA confrontada com os mercados destruídos da Europa e do Japão), além de políticos e ideológicos, o fim da guerra trouxe a necessidade de se ampliar (e não de diminuir) o complexo industrial-militar. A estratégia que terminou por predominar foi a da Guerra Fria: cercar a URSS e seus aliados com uma cadeia de bases militares que se estenderia pela Europa, Oriente Médio e Oriente/Oceania. O cerco europeu foi articulado pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). O asiático, pela OTASE (Organização do Tratado da Ásia de Sudeste).

Faltava fechar o cerco no Oriente Médio. Para isso foi criado o Estado de Israel: o cão de guarda dos EUA naquela parte do planeta. Com Israel, o flanco mediterrâneo estaria assegurado. O outro flanco, o do Golfo Pérsico, foi assegurado pelo golpe do Estado de 1953 que derrubou o governo burguês-nacionalista de Mosaddegh e instaurou a ditadura de Reza Pahlevi (que perduraria por 26 anos, até a Revolução Iraniana de 1979). Com o domínio assegurado no Irã e em Israel, estava

montada a estrutura com a qual os EUA e seus aliados pretendiam dominar a região.

Logo, contudo, alguns “problemas” começaram a surgir:

1) os países árabes da região não viam com bons olhos o estabelecimento em suas fronteiras de um Estado militarmente tão superior, o que resultou em uma aproximação entre eles;

2) no contexto da decadência do Império Britânico, esta aproximação ganhou um conteúdo anti-imperialista ao alguns países árabes buscarem ao menos diminuir a exploração de que eram alvos pelo Leão Britânico. Tendo no dirigente egípcio Gamal Abdel Nasser sua liderança mais expressiva, várias coalizões entre os países árabes foram feitas e desfeitas. Algumas dessas coalizões chegaram ao conflito armado com a Inglaterra e com Israel. Eram, lembremos, governos burgueses com uma base social bastante variada e oscilante;

3) em meio a tudo isso, o “problema” com maiores consequências resultantes da criação de Israel foi a resistência palestina. A expulsão de suas terras gerou uma revolta camponesa que, até chegar aos nossos dias, se converteu no mais sério “problema” (social, político, ideológico e militar) para o domínio do imperialismo ocidental. Naqueles anos da Guerra Fria, o “problema” adquiriu organização e expressão política e militar. Os interesses da URSS e dos palestinos confluíram. Moscou visava enfraquecer o domínio ocidental, os palestinos almejavam recuperar suas terras. Nasceu, assim, uma aliança que

teve na Organização pela Libertação da Palestina (a OLP) a sua principal organização política e militar. Sua liderança mais importante foi Yasser Arafat.

Ainda outro “problema” surgiu do “cerco aos comunistas” pelo imperialismo ocidental: o Iraque se aproximou da URSS. A derrubada de Mosaddegh pela CIA em 1953, e o sólido alinhamento daí resultante do Irã para com as potências imperialistas ocidentais (EUA sobretudo) tiveram um forte impacto na posição do Iraque. Há milênios, as tribos locais (xiitas e sunitas, predominantemente) disputam os territórios ao redor do Golfo Pérsico. O conflito atual entre o Irã (maioria xiita) e o Iraque (maioria sunita) é, com as devidas mediações, a continuidade dos conflitos entre assírios e caldeus desde os tempos da Babilônia. Uma vez o Irã conquistado pelos EUA, o Iraque se aproximou da URSS. O fortalecimento do poder dos EUA e seus aliados no Oriente Médio resultou, portanto, também no surgimento de aliados da URSS na região, como os soviéticos nunca haviam tido.

Este foi o cenário básico em que se desenvolveram as disputas e as guerras na região até chegarmos à passagem dos anos de 1970-80. De um lado, EUA, Israel e o Irã. Do outro lado, URSS, Iraque e a OLP. Os outros países árabes da região (Arábia Saudita, Jordânia, Líbano, Síria, Egito, Iêmen, Kuwait) e, ao norte, a Turquia, se aproximavam de um ou outro bloco, segundo os interesses e conveniências de suas classes dominantes a cada conjuntura. Em geral, contudo, formaram o bloco nacionalista que tinha em Nasser seu

principal líder e que contava com a simpatia da URSS... mas que, por vezes, também negociavam com o imperialismo europeu e estadunidense.

O isolamento palestino

A impressionante vitória militar de Israel na Guerra dos 6 dias (1967), a morte de Nasser (1970) e os “petrodólares” alteraram a correlação de forças no Oriente Médio.

Os esforços nacionalistas de vários países árabes, que jogavam a favor da causa palestina, terminaram se esgotando na passagem dos anos de 1960 aos de 1970. A derrota para Israel na Guerra dos 6 dias, em 1967, evidenciou a impossibilidade de uma vitória militar contra as forças do imperialismo ocidental. A partir de 1973, com a elevação do preço do petróleo, as classes dominantes dos países da OPEP ficaram atoladas em bilhões de “petrodólares”. Suas melhores possibilidades de investimentos estavam nas economias imperialistas ocidentais. O nacionalismo destas classes evanesceu-se e elas se aproximaram dos EUA e da Europa, alterando decisivamente a correlação de forças na região. A gradativa migração para os braços dos EUA e seus aliados dos países árabes mais ricos, com capacidade de apoiar os palestinos mais decisivamente, com maior capacidade de resistência às pressões imperialistas ocidentais, foi talvez o fato mais significativo naqueles anos.

Ao final de 1979, tivemos também a Revolução Iraniana, que derrubou a ditadura de Reza Pahlevi e colocou no poder o aiatolá Khomeini. Com ela, o imperialismo ocidental perdeu seu principal ponto de apoio no

Golfo Pérsico. Rapidamente, em questão de meses, os Estados Unidos compraram o apoio de Saddam Hussein, do Iraque (que, até então, já mencionamos, mantinha cordiais relações com a URSS). Os soviéticos perderam, neste andar da carruagem, o seu único aliado no Golfo Pérsico. Para compensar em parte esta perda, invadiram o Afeganistão (a origem do que se tornaria, dez anos depois, o “Vietnã soviético”).

Esta virada de mesa no Oriente Médio a favor das potências ocidentais só não foi completa porque os palestinos ainda resistiam. Após perseguidos na Jordânia (escaparam via uma brilhante manobra militar do cerco israelense), acabaram por se estabelecer no Líbano. Do sul deste país, com apoio de algumas das tribos muçulmanas daquela região e da Síria, continuaram sua guerra de guerrilha pela recuperação dos territórios ocupados pelos israelenses. Em 1982, em uma brutal invasão, o exército israelense massacrou a OLP e seus aliados no Líbano. Seguiu-se o humilhante, para os palestinos, acordo de paz de Oslo (1993), em que um Arafat batido troca um aperto de mão com um vitorioso Issac Rabin – sob o sorriso feliz de Bill Clinton.

As últimas três décadas

Desde então, os israelenses e seus aliados ocidentais vêm provando do mesmo remédio que já experimentaram os exércitos imperialistas em muitas das guerras de libertação nacional movidas por civilizações camponesas (China, Vietnã, Camboja, Argélia, Afeganistão, Iraque, Moçambique e Angola, etc.). Em

que pesem as enormes diferenças entre elas, a resistência de base camponesa tem se mostrado militarmente muito difícil, por vezes mesmo impossível, de ser derrotada por meio dos exércitos convencionais¹⁴. O que tivemos no Oriente Médio, nestas três décadas desde 1990, foi não apenas a sobrevivência, mas também a reorganização, tanto política quanto militar, dos palestinos. Tais esforços possibilitaram, nos dias em que escrevemos, que a resistência em Gaza permaneça efetiva, em que pese a sua inferioridade militar, apesar do terror do genocídio e de mais de um ano de ocupação.

Neste mesmo espaço de tempo, após as duas invasões pelos EUA e aliados, a desarticulação econômica e política do Iraque tornou aquele país um campo de combate entre tribos que não possibilita o estabelecimento de uma sólida base de apoio aos ocidentais. Concomitantemente, o poder revolucionário xiita no Irã se estabilizou e conseguiu um desenvolvimento militar considerável. Hoje é capaz de furar as defesas aéreas de Israel (como ocorreu no ataque de primeiro de outubro de 2024), capaz de armar e financiar as

¹⁴ Já por ocasião da Guerra da Coreia (1950-3), estudos demonstravam a superioridade da defesa guerrilheira ante uma ofensiva de um exército convencional. Cf., por exemplo, Fehrenbach, T. (1963) R. *This kind of war*. The Macmillan Co., Nova Iorque. Anos depois da derrota no Vietnã, autores tentavam ainda provar a tese oposta, a de que estas guerras poderiam ser vencidas com uma tática e estratégia adequadas. Exemplo dessa literatura é Sorley, L. (1999). *A better war: the unexamined victories and final tragedy of America's last years in Vietnam*. New York : Harcourt Brace & Co.

organizações árabes e palestinas em conflito com Israel e, – o que é mais significativo – segundo algumas fontes, estaria há dois anos de sua primeira bomba atômica.

Esta evolução, lembremos, tem como pano de fundo a crise estrutural do capital. Também naquela região e naqueles conflitos, a necessidade por desenvolver toda e qualquer fonte de mais-valia, a necessidade premente por aumentar a exploração dos trabalhadores e converter, como dizem os geógrafos, todo “espaço” em “espaço do capital”, faz com que o capital em Israel necessite do seu *Lebensraum* (seu “espaço vital”) em Gaza, na Cisjordânia, no sul da Síria e do Líbano. Por outro lado, um conflito militar a mais, financiando com um cheque em branco pela Casa Branca, é um excelente negócio para os “mercadores da morte” (o complexo industrial-militar). O genocídio dos palestinos cumpre estas duas funções galhardamente: aumenta a área para o capital em Israel se reproduzir e contribui para manter ativa a “válvula de escape” das guerras para a cada vez mais difícil reprodução do capital.

Some-se a tudo isso, dois fatores que parecem ter jogado um papel importante, não no conteúdo, mas na forma do atual conflito. Se a fraqueza do governo democrata de Joe Biden leva-o a temer um conflito de largas proporções no Oriente Médio, por outro lado, esta mesma fraqueza faz com que Netanyahu se sinta livre para desconsiderar as “recomendações” de Biden, no sentido de desescalar o conflito, sem temer qualquer corte de recursos ou armamentos para o genocídio. O

segundo fator foi a crise em que estava mergulhado o governo Netanyahu. Acuado por acusações de corrupção, com processos judiciais contra ele e seu governo, sua queda parecia iminente até ter início a ofensiva sobre Gaza.

Estes fatores se potencializaram mutuamente: o fortalecimento militar do Irã e de seus aliados (o Hezbollah, o Hamas, os zaiditas – os houthi – no Iêmen, etc.), a ameaça do Irã se converter em uma potência militar (o atual pesadelo de Israel), a crise estrutural do capital, as possibilidades de negócio abertas pela ocupação de Gaza e pela expansão da ocupação israelense na Cisjordânia, no sul do Líbano e da Síria. Por fim, a debilidade do governo Biden e a crise política do governo Netanyahu.

É muito provável, dado este conjunto de “causas”, que o genocídio ocorresse mesmo sem o ataque do Hamas em 1 de outubro de 2023.

O fundamento de classe do genocídio

Esta evolução histórica é a razão última para que nenhuma teoria revolucionária – e nenhuma organização revolucionária – tenha criado raízes naquela parte do planeta. Não foi, certamente, por falta de lutas e conflitos. Mesmo onde se desenvolveram núcleos capitalistas, não raras vezes com sistema bancário e tecnologias *up to date* (Beirute, que foi um grande centro comercial e ponto de chegada de oleodutos exportadores de petróleo para a Europa; Irã e Iraque, Arábia Saudita e Kuwait, etc. com seus complexos petrolíferos, etc.), a até o presente insuperável base tribal

é a razão predominante para que a sua mais generalizada expressão ideológica seja de raiz religiosa, islâmica, com todas as variações e subdivisões que dela se desdobram. A existência das classes é, com enorme eficiência, mascarada pelas relações tribais. Os conflitos de classe, mesmo quando elevados de meros conflitos locais a peões no tabuleiro de xadrez das potências imperialistas, são enfrentados tendo por mediações as lutas religiosas ou tribais.

O que ocorreu com os mojahedins iranianos quando da Revolução de 1979 (a mais massiva revolução naquela parte do planeta) é emblemático. O Irã já então contava com um parque industrial considerável, uma urbanização em andamento e uma importância econômica internacional a não ser desprezada. Quando estourou a revolução, os proletários e trabalhadores participaram ativamente dela. A ala mais à esquerda desta ofensiva dos trabalhadores e operários era uma organização com influência marxista, algo maoísta, a Organização Mojahedin do Povo do Irã. Tinha raízes na pequena burguesia e alguma penetração entre operários e trabalhadores. Fazia parte dos PCs que, naqueles anos, se alinhavam à Albânia (como o PCdoB, entre nós) e se denominavam marxista-leninistas. Sob a ditadura de Reza Pahlevi, vivia em pesada clandestinidade e foi duramente perseguida.

A revolução dos aiatolás se consolidou mediante várias medidas e reformas econômicas fortemente populares, anti-imperialistas e conservadoras: nacionalização das refi-

narias de petróleo, controle estatal das exportações de petróleo, reforma agrária onde a agricultura era viável, reforma do ensino segundo as regras do islamismo, armamento do país para enfrentar os imperialistas todos e seus aliados, imposição dos costumes e valores xiitas, etc.

As tentativas dos mojahedins de fundir as lições do Islã com o marxismo não poderiam ter qualquer consistência. Não expressavam, ainda, qualquer agrupamento social significativo, para não dizer qualquer classe social. Na oposição ao governo dos aiatolás, os guerrilheiros foram rapidamente isolados e, a seguir, derrotados. Selaram sua decadência política ao se aliarem aos EUA e ao Iraque quanto da guerra Irã-Iraque (1980-8). Hoje, são praticamente inexistentes e apoiados por Israel e os EUA.

Mudando o que deve ser mudado, pois são distintas as condições nas diversas partes do Oriente Médio, algo similar ocorreu em toda a região. Mesmo durante os anos da III Internacional, a penetração da teoria revolucionária, até mesmo do marxismo vulgar que se tornou predominante no movimento comunista, foi muito pequena. Nas poucas vezes em que ocorreu, contudo, foi sob uma mescla eclética e inconsistente de “princípios” revolucionários com a defesa da propriedade privada, do Estado e da versão islâmica da família monogâmica. Diferente do que tivemos em outras partes do planeta, no Oriente Médio, mesmo entre as suas alas mais à esquerda, predominou uma concepção de mundo que jamais foi capaz de incorporar a luta contra o Estado, a propriedade privada e

a família monogâmica – para simplificar, jamais se aproximou da essência do projeto revolucionário comunista.

Não pela falta de comunistas. Nem pela falta de suas eventuais atuações. Mas pela falta da base social imprescindível ao desenvolvimento do marxismo na região. Também aqui, como em tudo o mais, a existência determina a consciência.

O genocídio em marcha é, em larguíssima medida, o prosseguimento atualizado para nossos dias de crise estrutural, dos conflitos tribais que marcam a formação social e a história do Oriente Médio. Em ambos os lados temos bases sociais que se articulam ao redor da defesa da propriedade privada, do Estado e da família monogâmica. O fato de o Estado de Israel ser confessional (não laico) judaico e o Hamas, islâmico, não deve impedir que enxerguemos o que está em sua base: a disputa mortífera entre proprietários privados. De um lado, o Estado de Israel com o apoio do imperialismo ocidental. De outro lado, o Hamas, com o apoio do Irã e outras forças contrárias a Israel. Nem é uma luta revolucionária, nem é uma luta que pode evoluir para um confronto revolucionário: a vitória de qualquer um dos lados será a vitória da propriedade privada, do Estado e do patriarcalismo (a família monogâmica).

Isso não diminui a barbaridade do genocídio. Mas esta barbaridade não confere ao Hamas e à luta dos palestinos uma qualidade revolucionária.

Bem pesadas as coisas, é um conflito por um rearranjo no interior da ordem do capital.

Um capital que, vivemos cotidianamente, é sinônimo da destruição do planeta e da humanidade. O genocídio dos palestinos é apenas mais um passo nesta direção. A, quase hoje inimaginável, vitória do Hamas e a criação de um seu Estado palestino, seria apenas outro passo na mesma direção. A questão decisiva dos nossos dias, a única capaz de salvar a humanidade de sua própria destruição, sequer pode ser considerada – nem pelos palestinos, nem pelos israelenses. Ao fundo e ao cabo, o genocídio é a expressão do quanto capital e humanidade são hoje antinômicos. Independentemente do resultado da guerra no Oriente Médio, será sempre pró-capital e contra a humanidade. Será sempre conservador. Nada tem de revolucionário.

Em linhas gerais, mas precisas, esta é a essência do genocídio palestino. Não o torna menos desumano, nem menos horrendo. Não diminui a necessidade de nosso repúdio, teórico e prático. Não o torna, também, revolucionário. É uma luta mortal pelo direito à propriedade privada e tudo o que o acompanha de mais essencial: o Estado e a família monogâmica. O genocídio, com sua precisão bélica e sua perspicaz engenharia mortal, é a mais recente obra-prima do “moedor satânico de carne humana”. O capital nada mais pode oferecer à humanidade.

Isto posto, podemos nos voltar aos pressupostos e conseqüências do apoio à criação de um Estado palestino.

Novo Estado, agora palestino?

O apoio à criação de um Estado palestino pelas forças comunistas e revolucionárias assume ser possível “construir” um Estado que salve a vida de palestinos. Para além das ilusões para com o Estado, já a correlação das forças em confronto inviabiliza essa possibilidade. Esta perspectiva nada tem de realista. Nas atuais circunstâncias, os israelenses vão matar e desalojar os palestinos até conquistarem o *Lebensraum* (o espaço vital) para os seus capitais. Em seguida, irão discutir se será ou não criado um Estado palestino. Caso este seja criado, servirá apenas como organização política da manutenção e do prosseguimento do genocídio, agora predominantemente por outros meios administrativos e econômicos. O exemplo da Autoridade Palestina na Cisjordânia não nos mostra exatamente como irão proceder os imperialistas ocidentais e seus aliados na hipótese da criação de um Estado palestino? Para não irmos para além do nosso país, miremos os Ianomâmis. Estão sendo exterminados no dia a dia, pelo garimpo, pelo Estado (sob o bolsonarismo, bem como sob o petismo) e pelas necessidades de *Monsieur le Capital*. Não é apenas com bombas americanas que se extermina um povo!

Contudo – e ainda mais decisivo que a atual correlação de forças – a impossibilidade de a criação de um Estado servir de freio ao genocídio decorre, essencialmente, do que é o capital. Nos referimos ao fato de que não é o Estado que controla o capital, mas o inverso. São as necessidades de reprodução do capital que se impõem predominantemente

sobre as decisões e medidas estatais. Uma das frases mais conhecidas de Marx e Engels é aquela que postura que o Estado não passa “do comitê dirigente do conjunto dos negócios da burguesia” (*Manifesto Comunista*). Mészáros demonstra este fato à saciedade: o controle por forças revolucionárias do Estado nada mais faz do que converter tais forças revolucionárias em personificações do capital.

Não é a ausência de um Estado Palestino a causa do genocídio, não será uma sua criação que evitará o massacre de palestinos e outros povos na região.

Israel irá massacrar os palestinos, jogá-los de um lado para o outro, destruir suas casas e propriedades, ocupar seus territórios até onde for lucrativo para o capital em Israel e imperialista. Não há força capaz de evitar a ação desse “moedor satânico de carne humana” (depois de Polanyi), senão a revolução proletária. Aquela que vai colocar no lixo da história o capital e todas as alienações que dele brotam: o Estado, a exploração do ser humano pelo ser humano (a propriedade privada) e o patriarcalismo (a família monogâmica). Esta a razão fundamental para que milhões na rua contra o genocídio, a perda de prestígio de Israel, etc., em nada alterem no prosseguimento da matança. São – as manifestações e os protestos a favor do Estado palestino -- lutas ineficazes. Não há como ser diferente.

Ilusões para com o Estado

Além de irrealista, o apoio à criação de um Estado palestino tem já uma pesada consequência: fortalece as ilusões segundo as quais o Estado seria uma força acima das classes, uma instituição capaz de promover justiça e humanidade. O quanto estas ilusões auxiliam as forças reformistas e conservadoras, nem é preciso que discorramos. Basta lembrar a, digamos, lei geral da atuação dos reformistas: todo conflito real entre o proletariado, os trabalhadores e a burguesia deve ser convertido em disputa política a ser dirimida no seio do Estado. Como se o Estado fosse um complexo social neutro ante as classes, como se seu conteúdo pudesse ser determinado pela correlação de forças entre as classes (numa formulação que Poulantzas tornou mais conhecida e que ganhou o coração de muitos gramscianos).

O apoio dos comunistas e revolucionários às justas manifestações de repúdio ao genocídio não pode vir desacompanhado da sinalização dos limites destas manifestações. São manifestações a favor do Estado (ainda que palestino), da propriedade privada (ainda que palestina) e, inevitavelmente, a favor da família monogâmica (ainda que islâmica). São manifestações que confluem com a ideologia burguesa. Não apenas apoiam o capital (a única forma de propriedade privada hoje possível), como ainda batalham por um rearranjo no interior da sua ordem. Possuem elevado padrão moral, repudiam o massacre. Pouco mais, além disso.

O lugar dos revolucionários e comunistas, se estivermos corretos, não pode estar nesta

frente pró-Estado palestino (ou uma sua variante, uma “federação socialista árabe-israelense”). É preciso que argumentos à sociedade, em todas as oportunidades, não apenas a desumanidade do massacre em curso, mas – e fundamentalmente – as razões da impotência da humanidade sequer em minorá-lo por meio de um rearranjo na ordem do capital. Nesta ordem e em nossos dias, o massacre é tão inexorável quanto o Sol nascer a leste. Há que se destruir o sistema do capital, se é que desejamos conter o genocídio.

É por esta razão que a mobilização de milhões nas ruas contra o genocídio --, ou, nos dias em que escrevemos (novembro de 2024), a reação violenta dos holandeses contra a provocação sionista dos torcedores israelenses em Amsterdã – é incapaz sequer de minimizar o massacre. São manifestações que tomam partido por um lado da propriedade privada (o lado palestino), contra o lado israelense. São manifestações que sequer tocam, e por isso não ameaçam, a ordem burguesa. São, nesse sentido, tão ordeiras quanto poderiam ser.

O fato de serem portadoras, tais manifestações, de uma postura moral humanamente superior, ao se oporem ao genocídio, não é sem importância. Isto, contudo, não diminui seu conservadorismo. Ao fim e ao cabo, são manifestações a favor, não contra, o capital. Pedem um rearranjo das relações capitalistas no Oriente Médio que não massacre os palestinos. Além de favoráveis ao capital, são utópicas (não têm lugar na história) – e desde o século XIX, todo utopismo é conservador

(Engels tem o texto clássico sobre isso, “Do socialismo utópico ao científico”)

Ao as forças revolucionárias e comunistas se alinharem com a criação de um Estado na Palestina, independente do elevado valor moral desta postura, em que pese o profundo compromisso com os valores humanos mais elevados, fortalecem o capital. Indicam à humanidade um caminho de luta que não tem o potencial humano ou revolucionário que avaliam. Ao assim procederem, deixam de atacar o capital direta e abertamente; deixam de postular, com todas as letras e inequivocamente, que a interrupção do genocídio apenas pode ocorrer em duas hipóteses. Ou com uma revolução proletária; ou quando a matança alcançar o necessário para a reprodução do capital.

Por isso, ao se apoiar acriticamente a resistência palestina, os comunistas e revolucionários cavam sob seus próprios pés. Deixam livre o capital para escolher se, quando e de que forma, cessará a matança e se um Estado palestino virá – ou não – servir seus propósitos. Deixam de organizar as forças revolucionárias para “o combate final” (como diz a “Internacional”) ao proporem a luta por um Estado que só pode ser o “do capital”.

Parece-nos falsa, por isso, a tese segundo a qual, na ausência da revolução, apenas um novo Estado poderá interromper o massacre. Ao se fixar nesta tese, os revolucionários e comunistas deixam de ter no horizonte a tarefa central a nós todos: polarizar as forças anticapitalistas, aglutinar as potências adormecidas para que a humanidade assuma sua

própria história, destruindo o capital em seu todo e em cada uma de suas partes.

Também neste caso do genocídio palestino evidencia-se a impotência a que foi reduzido o reformismo com a crise estrutural. Não há meio-termo entre o capital e a humanidade: ou o destruímos, ou seremos destruídos. O mesmo, aqui no Brasil, com os Ianomâmis e outros povos: sem a revolução proletária, o “moedor satânico de carne humana” continuará avançando com seu rastro de sangue e infelicidade. Em Gaza, seriam inócuos um Estado palestino ou uma federação árabe-israelense, tal como, mudando o que deve ser mudado, são inócuas as políticas públicas petistas para salvar os Ianomâmis e os Kaiowá-guaranis, aqui em nosso quintal.

Lenin e o Imperialismo

A concepção de que, como a revolução não está na ordem do dia, a luta pelo Estado palestino seria a única alternativa para se enfrentar o genocídio, é a razão frequentemente mencionada do apoio de não poucos comunistas e revolucionários à criação de um Estado palestino. Há, contudo, a nosso ver, uma razão mais profunda.

Entre nós, revolucionários e comunistas, há uma longa tradição de lermos os textos clássicos sem os relacionar com o momento em que foram redigidos. É um exagero, mas não é uma completa falsidade, a constatação que não raramente tratamos os clássicos como se fossem atemporais, como se não fossem também determinados pela história, pelas necessidades e possibilidades do momento em que foram escritos. Não é aqui o

local para uma exposição deste problema e das suas consequências danosas para a luta revolucionária. Desejamos apenas mencionar esta questão de fundo porque se relaciona ao que agora nos interessa mais de perto: o *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*, de Lênin.

Não há dúvidas – sobre isso já escrevemos várias vezes – de que este é um texto decisivo para a compreensão dos nossos dias. Sua análise da fusão crescente do capital bancário com o industrial (o capital financeiro), sua correta previsão de que estava próxima (foi escrito em 1916) uma onda revolucionária de larguíssimas proporções, sua correta identificação da causa da I Grande Guerra (1914-18) com o capital imperialista, sua demonstração de como os trustes, cartéis e monopólios abriam uma nova fase na determinação do Estado pelo capital (na qual os conflitos entre os capitais nacionais tenderiam a se converter em conflitos entre os Estados) e, por fim, mas não menos importante, sua previsão da tendência de crescimento da aristocracia operária e, portanto, das tendências reformistas e pró-imperialistas no seio do movimento operário e revolucionário – todas estas e outros processos identificados por Lenin ainda marcam o nosso presente. O quanto este escrito identifica as tendências históricas de longo prazo já presentes em plena I Grande Guerra pode ser comparável, se não estivermos equivocados, naquele momento histórico, apenas aos mais brilhantes momentos de Rosa Luxemburgo.

Contudo, o acerto de Lênin na análise do capital imperialista veio associado a uma vi-

são, digamos, otimista em relação à revolução proletária. Ao identificar a etapa imperialista como a última possível ao capital (no que estava correto), deduziu que os processos de luta de classe que possuíssem um caráter anti-imperialista (mesmo que fossem burgueses, camponeses ou pequeno burgueses, mesmo que fossem nacionalistas) cumpririam uma função revolucionária. Tendo ou não consciência, ao se voltarem contra o imperialismo, estariam seguindo uma trilha revolucionária, já que não haveria alternativa à opressão do imperialismo, senão o socialismo. O que escapou a Lenin (e à enorme maioria dos revolucionários de então de Rosa Luxemburgo a Bukharin, de Trotsky a Pannekoeck, de Korsh e Gramsci a Lukács) é que havia uma terceira alternativa. Naquele momento, como a história mostrou, a única viável dado o baixo estado das forças produtivas nos países que fizeram revoluções: o desenvolvimento de modo peculiar, mas em uma insuperável escala nacional, de relações de produção compatíveis com o capital.

Que a forma destas relações (o Estado e a economia soviéticos, a China e o Vietnã de nossos dias, etc.) está longe das formas clássicas que temos no capitalismo ocidental, não altera o afirmado. Lenin se equivocou ao não perceber que as revoluções e lutas de classe anti-imperialistas do século XX seguiriam uma rota compatível com as relações de produção do capital e, portanto, cumpririam o papel de expandir o capital a todos os rincões do planeta.

A história tem demonstrado que, se toda revolução proletária é anti-imperialista, nem

toda luta anti-imperialista é revolucionária. As revoluções e os movimentos anti-imperialistas e nacionalistas não cumpriram o papel de romper os elos mais fracos da cadeia imperialista que, uma vez quebrada, conduziria ao socialismo as lutas nacionalistas. Exerceram papel exatamente inverso: abriram novas e gigantescas partes do planeta para a expansão do capital. Serviram – e ainda hoje servem – de elos na reprodução do sistema mundial do capital. Hoje, são esteios decisivos da ordem do capital mundial (a China que não nos deixe mentir!).

A concepção de que o anti-imperialismo teria um conteúdo revolucionário (ou uma potência revolucionária) joga algum seu peso, suspeitamos, no apoio por muitos revolucionários e comunistas à criação do Estado palestino. Enxergam na resistência palestina, por estar em confronto com o imperialismo dos EUA e seus aliados, uma possibilidade ou um elemento revolucionário. Estão enganados. Nem a criação do Estado palestino tem a potência imprescindível para conter a sanha assassina do capital. Nem a luta que lá se desenvolve entre os algozes e suas vítimas tem qualquer elemento revolucionário – ou possibilidade revolucionária.

O internacionalismo

Além de fortalecer a ilusão de que o Estado seria neutro em relação às classes sociais (pois poderia servir aos imperialistas e, igualmente, aos palestinos); além de deixar em segundo plano (ou mesmo velado) o que deve-

ria estar em primeiro plano (a imprescindibilidade da revolução proletária), apoiar a criação de um Estado palestino tem ainda outra consequência. O apoio incondicional à luta palestina (que inclui a luta por um Estado palestino) dificulta, se não impossibilita, superar as teses burguesas de que o genocídio seria um evento puramente regional, uma excrecência do capital local. O que teria o trabalhador e operário brasileiro a ver com o genocídio palestino? Além da questão moral e humana – ninguém razoavelmente humano pode ser favorável ao genocídio --, pouco ou nada mais.

Contudo, se déssemos relevo à causa fundamental do genocídio, se mostrássemos seguida e insistentemente que é uma obra do capital, poderíamos argumentar que o capital que lá massacra os palestinos, é o mesmo capital que nos oprime no dia a dia. As mesmas forças que cobrem nosso país de fumaça, que destroem a Amazônia e o Pantanal, que tornam a vida de todos nós cada vez mais miserável, desumana e impossível de ser vivida – são as mesmas forças que realizam o genocídio.

Com isso, evidenciaríamos o fato indisputável: a sorte dos palestinos é também nossa sorte, salvar os palestinos é também nossa salvação. Deixaríamos de lutar *por uma nação* palestina, para lutar *pela Internacional*. Em todos os lugares, e em todas as circunstâncias, com operários bolsonaristas ou petistas, com estudantes liberais ou conservadores, poderíamos apresentar um argumento forte e muito razoável: o capital que lá massacra é a força

que aqui nos oprime – frequentemente, são as mesmas empresas ou conglomerados!

Em nossos dias, não basta ser anti-imperialista, se este anti-imperialismo tem por conteúdo a defesa da propriedade privada, do Estado e da família monogâmica (mesmo que sejam palestinos ou islâmicos).

Qual deve ser a nossa posição

A oposição ao genocídio apenas pode ser consequente se for direta e imediatamente associada à luta contra o capital, pela revolução proletária. Apontar, a todo momento e em todas as circunstâncias, que Israel e o imperialismo são apenas sintomas. A doença é o capital. A solução não está no Estado. Mas na revolução proletária.

Sem deixar de reconhecer que a revolução não está na ordem do dia, não devemos difundir ilusões de que haveria uma solução intermediária, uma “terceira via” (lembrem-se do lamentável Giddens?), capaz de melhorar a sorte dos palestinos. Talvez no passado isto houvesse sido possível – mas isto já é um enorme talvez. Hoje, com a crise estrutural entrando em sua quinta década, não há qualquer indício empírico, nem qualquer tendência histórica, que não demonstre precisamente o oposto. Isto é, que entre as necessidades de reprodução do capital e as necessidades humanas, se interpõe um antagonismo apenas superável pela revolução proletária.

Ao contrário da aparência, o genocídio pode ser um argumento fortíssimo a favor da revolução e dos revolucionários. É uma demonstração tão horrenda do “moedor satânico de carne humana” que é o capital, que

nos oferece a oportunidade de ampla propaganda da revolução proletária, de sua necessidade e de sua possibilidade. Escolher como alvos principais o imperialismo e Israel é um equívoco. Não porque Israel e o imperialismo ocidental não sejam os artífices daquela matança, mas porque não são eles a “causa de todas as causas” (como diz um provérbio árabe) do genocídio. Ao não expormos esta causa escancaradamente, de modo tão visível que a todos seja impossível não enxergar, calam-nos sobre o fundamental e tendemos a difundir as ilusões burguesas acerca do Estado e a não evidenciar que o genocídio, longe de uma excrecência local e de um capital particular, é uma decorrência inevitável da totalidade do capital!

Mudando o que deve ser mudado, no fundo, no fundo, a concepção é a mesma: tal como para superar a miséria do Brasil bastaria uma boa Constituição e um bom governo --, para conter o massacre, faltaria um bom Estado palestino.

É um fato que entre revolucionários e comunistas, muitas forças, personalidades e organizações lutam por um Estado palestino. Tal postura, repetimos, possui um elevado valor moral e é portadora de um arraigado senso de responsabilidade para com os humanos. O apoio incondicional à luta do povo palestino tem uma validade moral e uma estatura humanista indiscutível. Isto, contudo, não basta.

Devemos enfrentar o genocídio de tal modo a:

- 1) também esclarecer tanto as raízes quanto as causas de milhões nas ruas contra

o massacre não resultar em nenhum efeito sensível sobre a matança;

2) também esclarecer o porquê de a desmoralização de Israel na opinião pública mundial em nada alterar na ofensiva israelense;

3) devemos ainda esclarecer as razões de, no segundo semestre de 2024, quando o genocídio alcançou seu apogeu, as manifestações rarearam até praticamente desaparecerem.

A causa decisiva desta impotência do repúdio generalizado ao massacre não resultar em qualquer efeito prático é uma só: dirija-se contra a sua aparência. Raciocina-se por analogia: se um Estado massacra um povo, ao povo massacrado faltaria um Estado! O simétrico, aqui como em tantas outras vezes, não é o oposto. É, também neste caso, apenas um “mais do mesmo”.

Para ter um efeito de contenção do genocídio, as manifestações devem ser contra o capital, contra a ordem burguesa, pela revolução proletária. Se elas ainda não têm este caráter – e não têm – é para isso que devem agir os revolucionários e comunistas. A proposta de criação de um Estado ou de uma federação árabe-israelense deixa incólume o “moedor satânico de carne humana” para prosseguir até onde seja a ele imprescindível.

Devemos desvendar os fundamentos das propostas favoráveis à criação do Estado palestino – ou, o que é praticamente o mesmo, de uma federação árabe-israelense. Argumentar sua essência conservadora. Desvendar o conteúdo desta frente na qual cabe

desde um Joe Biden até revolucionários e comunistas. Argumentar seu equívoco. E levantar alto a palavra de ordem da revolução proletária para abolir o Estado, a família monogâmica e a exploração do ser humano pelo ser humano.

É nesse sentido geral, camaradas, que consideramos que deve ser a posição dos revolucionários e comunistas frente ao massacre dos palestinos. Apontar as causas últimas, buscar as soluções que tenham viabilidade histórica para os conflitos: não seriam estas as responsabilidades dos comunistas e revolucionários? Como seria possível ir desenvolvendo a consciência revolucionária de nossos militantes e dos poucos indivíduos que ainda conseguimos manter contato, se não expusermos a essência, a causa fundamental e a única alternativa ao genocídio?